



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

22 / 046

RECURSO DE AGRAVO Nº 197161-5/02

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: JOAQUIM FLORÊNCIO COELHO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA NOS AUTOS DE RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR IRRISÓRIO DA DÍVIDA QUE GEROU A EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DO INTERESSE DE AGIR DO EXEQUENTE. POSSIBILIDADE DO NÃO AJUIZAMENTO DE TAL AÇÃO EXECUTIVA. PREVISÃO NA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 133/2008, A QUAL ALTEROU A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2007. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

1 - É pacífico o entendimento de que cabe ao magistrado, ao verificar a necessidade e utilidade do provimento jurisdicional pleiteado, afastar as ações executivas fiscais de valor irrisório, aos quais, além de sobrecarregarem a máquina judiciária, geram, outrossim, prejuízos ao erário público, porquanto os custos realizados para obter a cobrança irão superar ou equivaler o valor do crédito executado.

2 - Nesta ordem de idéias, pode-se concluir que, ao serem propostas execuções fiscais, cujos valores dos débitos caracterizarem-se como ínfimos, em razão de não gerar qualquer utilidade para o demandante, é imprescindível o reconhecimento pelo órgão jurisdicional da ausência do interesse de agir, ou seja, da ausência do interesse público na demanda.

3 - Ressalta-se que, para que seja realizada tal aferição, deve-se levar em consideração, apenas, o valor da dívida que gerou o processo executivo, e não outros créditos que, porventura, existam em relação ao mesmo contribuinte.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

13
2

043

4 - Nesse andar, em consonância com o entendimento esposado acima, ou seja, visando desobstruir o aparelho estatal de execuções fiscais de valores irrisórios, foi editada a Lei Complementar Estadual nº 133/2008, a qual modificando o artigo 2º, da Lei Complementar nº 105, de 20 de dezembro de 2007, passou a prever a possibilidade do não ajuizamento da ação executiva ou da desistência da mesma, nos casos em que o débito pleiteado na execução não ultrapassar os valores estipulados na referida Lei, o que se coaduna com a hipótese dos autos.

5 - Recurso conhecido e não provido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 197161-5/02, figurando como Agravante o ESTADO DE PERNAMBUCO e como Agravado JOAQUIM FLORÊNCIO COELHO; Acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2010


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator / Presidente -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

24
L

048

RECURSO DE AGRAVO Nº 197161-5/02

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: JOAQUIM FLORÊNCIO COELHO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O Estado de Pernambuco interpôs com o presente Recurso de Agravo de decisão terminativa monocrática prolatada nos autos do Recurso de Agravo em apenso, que deu provimento parcial ao referido recurso.

Alega o Agravante, sucintamente, que a decisão recorrida está em confronto com a legislação estadual que rege a matéria, uma vez que a Lei Complementar Estadual nº 105/2007, com redação dada pela Lei Estadual nº 133/2008 prevê requisitos cumulativos para a Fazenda Pública desistir das execuções, e assim, deve ser observado o crédito total, que no presente caso é de R\$ 150.308,47, estando a decisão fustigada de encontro ao § 1º, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 105/2007 que veda a desistência da execução fiscal.

Requer a retratação integral da decisão, em caso contrário, o julgamento do recurso pela Câmara.

É o relatório.

Recife, 26/01/2012


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

- Relator -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

25
2
049

RECURSO DE AGRAVO Nº 197161-5/02

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: JOAQUIM FLORÊNCIO COELHO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Colacionando os autos, vislumbro que a decisão combatida não merece reparo.

É pacífico o entendimento de que cabe ao magistrado, ao verificar a necessidade e utilidade do provimento jurisdicional pleiteado, afastar as ações executivas fiscais de valor irrisório, aos quais, além de sobrecarregarem a máquina judiciária, geram, outrossim, prejuízos ao erário público, porquanto os custos realizados para obter a cobrança irão superar ou equivaler o valor do crédito executado.

Nesta ordem de idéias, pode-se concluir que, ao serem propostas execuções fiscais, cujos valores dos débitos caracterizarem-se como ínfimos, em razão de não gerar qualquer utilidade para o demandante, é imprescindível o reconhecimento pelo órgão jurisdicional da ausência do interesse de agir, ou seja, da ausência do interesse público na demanda.

Ressalta-se que, para que seja realizada tal aferição, deve-se levar em consideração, apenas, o valor da dívida que gerou o processo executivo, e não outros créditos que, porventura, existam em relação ao mesmo contribuinte.

Am Nesse andar, em consonância com o entendimento esposado acima, ou seja, visando desobstruir o aparelho estatal de execuções fiscais de valores irrisórios, foi editada a Lei Complementar Estadual nº 133/2008, a qual modificando o artigo 2º, da Lei Complementar nº 105, de 20 de dezembro de 2007, passou a prever a



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

26
✓
050

possibilidade do não ajuizamento da ação executiva ou da desistência da mesma, nos casos em que o débito pleiteado na execução não ultrapassar os valores estipulados na referida Lei, senão vejamos:

Lei Complementar nº 133, de 11 de dezembro de 2008.

Art 1º - O artigo 2º da Lei Complementar nº 105, de 20 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 2º - Ficam o Estado de Pernambuco, suas autarquias e fundações públicas autorizados a não ajuizar ação executiva fiscal cujo montante seja equivalente ou inferior a:

I- R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos créditos relativos ao Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em relação aos demais créditos tributários ou não tributários.

§ 1º- É obrigatório o ajuizamento da ação de execução fiscal quando o valor total dos débitos de igual espécie e não ajuizados do mesmo devedor superar os limites fixados nos incisos I e II do caput deste artigo.

§ 2º - O Estado de Pernambuco adotará meios extrajudiciais para a cobrança dos créditos referidos neste artigo.

Art 2º A Lei Complementar nº 105, de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 2º -A:

João

Art 2º A- Ficam o Estado de Pernambuco, suas autarquias e fundações públicas autorizados a desistir ou requerer a extinção de ação de execução fiscal quando o valor total dos débitos do mesmo devedor for equivalente ou inferior aos limites fixados no art. 2º desta Lei.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

27
2
osl

Parágrafo Único - A autorização de que trata o caput deste artigo é condicionada à inexistência de embargos à execução, salvo desistência do embargante, sem ônus para a Fazenda Pública.

Art 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Destarte, depois de expostos os argumentos aduzidos acima, tenho que a decisão atacada é irretocável, pois na demanda em tela não está configurado o interesse de agir do exeqüente, tendo em vista que o valor do débito que gerou a demanda executiva.

Posto isso, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo incólume à decisão terminativa prolatada nos autos do Recurso de Agravo nº 197161-5/01.

Recife, 30/01/2014


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

- Relator -